

20

Demonstrações
Contábeis

 **SICOOB UNI**

20



CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
2015 - SICOOB UNI
BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
Valores em R\$			
ATIVO		4.277.649.497	3.188.344.171
Circulante		4.229.365.784	3.143.514.805
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	3.724.723.182	2.794.271.818
Depósitos Bancários		1.278.240	758.648
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.232.319.527	2.454.211.590
Títulos e Valores Mobiliários		491.125.415	339.301.581
Instrumentos Financeiros	05	466.035.203	298.709.018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		466.035.203	298.709.018
Operações de Crédito	06	35.458.847	47.660.778
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		35.462.421	48.037.856
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(3.573)	(377.078)
Outros Créditos	07	2.719.843	2.631.909
Diversos		2.719.843	2.631.909
Outros Valores e Bens		428.710	241.281
Despesas Antecipadas		428.710	241.281
Não Circulante		48.283.713	44.829.366
Realizável a Longo Prazo		1.849.464	2.466.675
Operações de Crédito	06	1.117.232	1.539.310
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.136.090	1.546.207
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(18.858)	(6.898)
Outros Créditos	07	732.231	927.366
Permanente		46.434.249	42.362.691
Investimentos	08	26.297.401	23.623.236
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		17.150.928	16.049.253
Outros investimentos		9.146.473	7.573.983
Imobilizado de Uso	09	19.725.167	18.159.451
Imovéis de Uso		15.674.530	15.674.530
Outras Imobilizações de Uso		6.484.210	4.700.846
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.433.573)	(2.215.925)
Intangível		411.681	580.004
Ativos Intangíveis		1.361.353	1.331.688
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(949.672)	(751.684)
Total do Ativo		4.277.649.497	3.188.344.171
PASSIVO		4.115.222.475	3.038.362.250
Circulante		4.115.222.475	3.038.362.250
Relações Interfinanceiras	10	4.101.335.878	3.022.257.129
Centralização Financeira - Cooperativas Centrais		4.101.335.878	3.022.257.129
Outras Obrigações	11	13.886.597	16.105.121
Sociais e Estatutárias		287.832	497.585
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		463.149	591.544
Diversas		13.135.617	15.015.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		162.427.021	149.981.921
Capital Social	13a	134.614.090	128.929.637
De Domiciliados no País		134.614.090	129.694.242
(-) Capital a Realizar		-	(764.605)
Reserva de Sobras	13b;c	21.052.284	19.945.185
Sobras ou Perdas Acumuladas	13d	6.760.648	1.107.099
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.277.649.497	3.188.344.171

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
2015 - SICOOB UNI
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

DSP	Notas	Valores em R\$	
		1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		64.025.104	92.258.054
Operações de Crédito		928.755	834.901
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.I	55.614.796	84.479.955
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.III	6.321.045	5.275.864
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.160.509	1.667.335
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira		(61.532.444)	(89.813.440)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(61.893.989)	(89.755.821)
Provisão para Operações de Créditos		361.544	(57.619)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.492.660	2.444.615
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		4.112.844	2.123.495
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		4.907	2.957
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	14a	(7.298.821)	(6.454.060)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	14b	(1.482.952)	(1.372.671)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(68.308)	(51.121)
Resultado de participações em coligadas e controladas		1.563.324	26.794
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	14c	11.410.710	9.991.901
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(16.016)	(13.173)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		-	(7.132)
Resultado Operacional		6.605.504	4.568.109
Outras Receitas e Despesas	14d	241.147	271.214
Outras Receitas		241.147	271.214
Resultado Antes da Tributação e Participações		6.846.651	4.839.323
Imposto de Rendamentos sobre Atos Não Cooperativos		(49.252)	(56.451)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(36.751)	(41.071)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		6.760.648	4.741.801
Resultado Antes dos Juros ao Capital		6.760.648	4.741.801
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias		6.760.648	4.741.801

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
2015 - SICOOB UNI
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	1º Sem. 2020	Valores em R\$ 1º Sem. 2019
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Período	6.760.648	4.741.801
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.563.324)	(26.794)
Provisão/Reversão para Operações de Crédito	(361.544)	57.619
Depreciações e Amortizações	415.636	419.247
	5.251.415	5.191.873
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(167.326.185)	3.175.227
Operações de Crédito	12.985.553	15.300.057
Outros Créditos	107.201	14.108.569
Outros Valores e Bens	(187.428)	(174.008)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Relações Interfinanceiras	1.079.078.749	72.075.102
Outras Obrigações	(2.132.520)	(7.798.418)
IRPJ	(49.252)	(56.451)
CSLL	(36.751)	(41.071)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	927.690.781	101.780.878
Atividades de Investimentos		
Aplicação no Intangível	126.036	(6.358)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.939.064)	(1.022.156)
Aquisição de investimentos	(1.110.842)	(1.207.812)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.923.870)	(2.236.326)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	5.684.453	12.149.021
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	5.684.453	12.149.021
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	930.451.364	111.693.573
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.794.271.818	2.474.534.746
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.724.723.182	2.586.228.319
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	930.451.364	111.693.573

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
2015 - SICOOB UNI
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Valores em R\$				
	Capital	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva	Outras		
Saldo em 31/12/2018	82.927.161	1.960.309	14.689.265	896.897	100.473.631
Constituição de Reservas Por Subscrição/Realização	12.149.021	-	896.897	(896.897)	-
Sobras ou Perdas Líquidas				4.741.801	4.741.801
Saldo em 30/06/2019	95.076.182	1.960.309	15.586.162	4.741.801	117.364.453
				-	
Saldo em 31/12/2019	128.929.637	2.329.341	17.615.843	1.107.099	149.981.921
Por Subscrição/Realização	5.684.453			-	5.684.453
Sobras ou Perdas Líquidas				6.760.648	6.760.648
Fundo de Reserva		1.107.099		(1.107.099)	-
Saldo em 30/06/2020	134.614.090	3.436.440	17.615.843	6.760.648	162.427.022

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
 Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
 Contador CRC GO 25.074/O-1

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
2015 - SICOOB UNI
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Sobras/Perdas Líquidas		6.760.648	4.741.801
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		6.760.648	4.741.801

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEMESTRAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO** foi fundada em **27 de agosto de 2000** e tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada em 14/09/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil emitiram respectivamente a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

2.1. Reapresentação dos Saldos Comparativos de 2019

Os saldos comparativos, relativos a 31 de dezembro de 2019, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados em cumprimento a Resolução CMN nº 4.720/2019, Circular BCB N°3.959/2019.

I) Demonstração do fluxo de caixa

Descrição	Publicação 30/06/2019	Ajuste	Saldo Reapresentado
Caixa líquido da atividade operacional	83.196.517	18.584.361 (a)	101.780.878
Caixa líquido da atividade de investimento	(2.236.326)	-	(2.236.326)
Caixa líquido da atividade de financiamento	12.149.021	-	12.149.021
Aumento (redução) caixa e equivalente de caixa	93.109.212	18.584.361	111.693.573
Caixa e equivalentes de caixa início do período	2.735.457.585	(260.922.839) (a)	2.474.534.746
Caixa e equivalentes de caixa final do período	2.828.566.797	(242.338.479) (a)	2.586.228.319
Variação do caixa e equivalentes de caixa	93.109.212	18.584.361	111.693.573

a) Ajuste decorrente, de reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários para caixa e equivalente de caixa.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez

do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição. O investimento na Uni Corretora é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes

envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2020**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos Bancários	1.278.240	758.648
Depósitos Interfinanceiros (I)	3.232.319.527	2.454.211.590
Letras Financeiras (III)	279.640.054	175.488.624
Letras Financeiras - Pós Fixada	256.908.788	153.371.060
LFT Centralização Recursos Municípios	22.731.266	22.117.564
Cotas de Fundo (III)	211.485.361	163.812.957
Banco do Brasil - CP	3.997.330	3.932.343
Banco do Brasil - LP	-	41.718.405
Bancoob Centralização FI – Renda Fixa (II)	207.488.031	118.162.209
TOTAL	3.724.723.182	2.794.271.818

(I) Refere-se a aplicações no Bancoob indexados ao CDI com taxas de 98% a 101%. Os Rendimentos auferidos com depósitos interfinanceiros no 1º semestre de 2020 e 2019 foram respectivamente R\$ 55.614.796 e R\$ 84.479.955. Sua composição em 30/06/2020 e 31/12/2019 é composta:

DATA	BLOQUEADOS	LIVRES	TOTAL
30/06/2020	466.035.203	3.232.319.527	3.698.354.729
31/12/2019	298.709.018	2.454.211.590	2.752.920.608

(II) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Central, depositadas junto ao BANCOOB.

(III) Referem-se a aplicações em Letras Financeiras (LF), Letras Financeiras do Tesouro FT e Cotas de Fundo de Renda Fixa de alta liquidez, com cláusula de resgate em prazo igual ou inferior a 90 dias. Tais aplicações apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários no 1º semestre de 2020 e 2019 foram respectivamente R\$ 6.321.796 e R\$ 5.275.864.

5. Instrumentos Financeiros

Em **30 de junho de 2020 e 2019**, as aplicações em depósitos interfinanceiros bloqueados, em garantias de repasses de operações de crédito rural, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos Interfinanceiros - Bloqueados	466.035.203	298.709.018

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	35.462.421	1.136.090	36.598.511	49.584.063
Total de Operações de Crédito	35.462.421	1.136.090	36.598.511	49.584.063
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.573)	(18.858)	(22.431)	(383.975)
TOTAL	35.458.848	1.117.232	36.576.080	49.200.088

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	35.000.000	35.000.000	-	35.288.988	-
A	0,50%	Normal	1.020.972	1.020.972	(5.105)	1.795.076	(8.975)
C	3%	Normal	577.539	577.539	(17.326)	12.500.000	(375.000)
Total Normal			36.598.511	36.598.511	(22.431)	49.584.063	(383.975)
Total Geral			36.598.511	36.598.511	(22.431)	49.584.063	(383.975)
Provisões			(22.431)	(22.431)		(383.975)	
Total Líquido			36.576.080	36.576.080		49.200.088	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	107.463	35.354.958	1.136.090	36.598.511
TOTAL	107.463	35.354.958	1.136.090	36.598.511

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	30/06/2020	% da Carteira
Setor Privado – Indústria	1.020.972	1.020.972	3%
Outros	35.577.539	35.577.539	97%
TOTAL	36.598.511	36.598.511	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

TOTAL	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	383.975	312.306
Constituições / Reversões	(361.544)	71.669
TOTAL	22.431	383.975

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	35.000.000	96%	35.000.000	71%
10 Maiores Devedores	36.598.511	100%	49.584.063	100%
50 Maiores Devedores	36.598.511	100%	49.584.063	100%

g) Operações renegociadas:

Em 30/06/2020 e 31/12/2019, a Central não possuía operações renegociadas em sua carteira de crédito.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	2.719.843	2.631.909
Adiantamentos e antecipações salariais	264.069	4.929
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	49.182	11.872
Adiantamentos por conta de imobilizações	351.695	77.990
Pagamentos a ressarcir	1.926.879	1.527.084
Devedores diversos - país	128.017	1.010.034
Não Circulante	732.231	927.366
Devedores por depósitos em garantia (NOTA 12)	732.231	927.366
TOTAL	3.452.074	3.559.275

8. Investimentos

Em 30 de junho de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito (I)	17.150.928	16.049.253
Participações Coop Exceto Coop Central Crédito (II)	302.810	302.810
Sicoob Confederação (III)	5.117.775	5.108.609
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito (IV)	3.721.212	2.157.888
Outros Investimentos	4.676	4.676
TOTAL	26.297.401	23.623.236

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$ 17.150.928 distribuídas em 5.135.652 ações ordinárias nominais e em 3.378.296 ações preferenciais nominais.

(II) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

(III) Filiação a Confederação Nacional do Sicoob com aquisição de quotas de capital do Sicoob, sendo o montante de R\$ 5.117.775.

(IV) A Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. não tem suas demonstrações financeiras auditadas. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.721.212 cujo percentual de participação é de 100%, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

09. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (I)		4.020.229	2.408.116
Terrenos		5.530.368	5.530.368
Edificações	4%	10.144.162	10.144.162
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.146.767)	(943.883)
Instalações	10%	128.088	120.968
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(84.083)	(78.562)
Mobiliários	10%	755.547	656.584
(-) Depreciação Acum. Mobiliários		(312.946)	(280.174)
Sistema de Comunicação	10%	152.278	181.489
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.169.743	1.075.366
Sistema de Segurança	10%	40.825	40.825
Sistema de Transporte	20%	217.500	217.500
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(889.777)	(913.306)
TOTAL		19.725.167	18.159.451

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Relações interfinanceiras

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da Central Sicoob UNI com liquidez imediata, conforme determinação da Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas	4.101.335.878	3.022.257.129
TOTAL	4.101.335.878	3.022.257.129

As despesas com depósitos interfinanceiros no 1º semestre de 2020 e 2019 foram respectivamente R\$ 61.893.989 e R\$ 89.755.820.

11. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Sociais e Estatutárias (a)	287.832	497.585
Fiscais e Previdenciárias (b)	463.149	591.544
Diversas (c)	13.135.617	15.015.992
TOTAL	13.886.597	16.105.121

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (FATES)	28.006	237.225
Resultado de Atos com Não Associados (FATES)	259.826	260.360
TOTAL	287.832	497.585

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10 % das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	44.132	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	16.202	48.591
Impostos e Contribuições sobre Salários	402.749	542.927
Outros	66	26
TOTAL	463.149	591.544

c) Diversas

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	782.735	635.414
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	2.423.734	1.998.953
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.566	7.132
Credores Diversos – País (III)	9.925.581	12.374.494
TOTAL	13.135.617	15.015.992

(I) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(III) Refere-se, principalmente, à provisão para pagamento da remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares em centralização financeira em junho/2020, no valor de R\$ 8.825.449,17, a ser efetivamente pago em julho/2020.

12. Provisão para demandas Judiciais e passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica da CENTRAL SICOOB UNI, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível ou provável, o que não requer a constituição de provisão.

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (I)	-	-	-	195.134
Outros	-	732.232	-	732.232
TOTAL	-	732.232	-	927.366

(I) Refere – se ao valor bloqueado para demandas trabalhistas, o processo foi arquivado e o valor foi desbloqueado na competência 06/2020.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito em um voto.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	134.614.090	128.929.637
Quantidade de Associados	20	21

Em maio de 2020 foi autorizado a incorporação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde e Empresários de Guarulhos e Região (5142) pela Cooperativa de Crédito, Investimento e Serviços Financeiros Sicoob Uni Sudeste (5631), ocasião em que passou a ter 20 cooperativas singulares.

b) Reserva de Sobra

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Especial - Fundo Assemblear de Reserva Especial

Conforme determinado no artigo 16 do Estatuto Social, o Fundo de Reserva Especial será constituído pela destinação de 55% das sobras do exercício. Este Fundo terá regulamentação própria aprovada pelo Conselho de Administração, que fixará o modo de aplicação e liquidação, e será destinado a promover:

- I- O melhoramento, aprimoramento, racionalização, padronização, implementação e manutenção de controles próprios das atividades e serviços que atendam os objetivos da central e suas filiadas no contingenciamento e monitoramento da liquidez.
- II- A racionalização mediante incorporação ou fusão de singulares ou entre filiadas e outras não filiadas
- III- O contingenciamento decorrente de migração de sistemas – tecnológico ou não, gastos de organização e expansão da central e singulares filiadas.

d) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **25/04/2020**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de **R\$ 1.107.099** sendo destinadas integralmente para o Fundo de Reserva.

14. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Honorários	(1.128.598)	(884.743)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.044.209)	(897.223)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.444.143)	(1.282.476)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.668.625)	(3.339.427)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.968)	(32.347)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(11.277)	(17.843)
TOTAL	(7.298.821)	(6.454.060)

b) Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(57.796)	(58.037)
Despesas de Aluguéis	(10.127)	(9.700)
Despesas de Comunicações	(46.660)	(57.040)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(69.183)	(83.992)
Despesas de Material	(24.293)	(27.948)
Despesas de Processamento de Dados	(191.788)	(234.505)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(45.062)	(54.000)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(11.523)	(20.393)
Despesas de Publicações	(8.112)	(8.412)
Despesas de Seguros	(12.053)	(11.766)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(47.973)	(4.323)
Despesas de Serviços de Terceiros	(17.105)	(20.019)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(47.718)	(26.310)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(153.140)	(150.227)
Despesas de Transporte	(8.534)	(20.427)
Despesas de Viagem no País	(34.113)	(79.181)
Outras Despesas Administrativas	(282.137)	(87.144)
Desp. de Amortização	(42.288)	(51.038)
Despesas de Depreciação	(373.348)	(368.209)
TOTAL	(1.482.952)	(1.372.671)

c) Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	22.942	71.554
Dividendos	1.026.642	1.938.962
Rateio de despesas da central entre filiadas	10.334.510	7.878.406
Outras rendas operacionais	26.616	102.979
TOTAL	11.410.710	9.991.901

d) Resultado não operacional

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Ganhos de Aluguéis	241.147	271.214
Resultado Líquido	241.147	271.214

15. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas à esta Central, e à Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	30/06/2020	31/12/2019
Valores a receber / a pagar		
Operações de Crédito	36.598.511	49.584.063
Rateio/Alocação Filiadas	1.857.778	1.517.655
Centralização Financeira	(4.101.335.878)	(3.022.257.129)
Remuneração da Centralização Financeira	(8.825.449)	(11.743.845)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	(134.614.090)	(128.929.637)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	30/06/2020	30/06/2019
Operações de Crédito	928.755	834.901
Rateio/Alocação Filiadas	10.334.510	7.878.406
Centralização Financeira	(61.893.989)	(89.755.821)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Benefícios Monetários no semestre findo em 30/06/2020 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.128.598)
Encargos Sociais	(291.699)

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

16. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

16.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

16.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

16.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

16.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

16.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

17. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	161.065.946	148.292.856
Capital Principal - CP	43.336.477	34.228.993
Nível I	43.336.477	34.228.993
Índice de Basileia %	16,68%	19,37%
Razão de Alavancagem (RA) %	3,77%	4,53%
Índice de imobilização %	14,75%	13,91%
Ativos Ponderados pelos Riscos	77.042.625	60.851.543

GOIÂNIA-GO, 30 de junho de 2020.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Central Sicoob Uni, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Sicoob Uni em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central Sicoob Uni é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 22 de setembro de 2020.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo', is positioned above the printed name and title.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090